

## **TRANSFORMAÇÕES NA CULTURA ACADÊMICA:** políticas, impactos e revelações do cotidiano

**Silvia Alves dos Santos**

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP-PR)

**João dos Reis Silva Júnior**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

### **TRANSFORMAÇÕES NA CULTURA ACADÊMICA:** políticas, impactos e revelações do cotidiano

**Resumo:** Analisar as relações de trabalho na universidade necessita, antes, reconhecer que estas relações se alteram em diferentes momentos históricos, caracterizados, sobretudo, pelas mudanças no contexto político e econômico do país. Este trabalho busca evidenciar as pressões que se colocam sobre professores pesquisadores. Destaca a análise de trechos de entrevistas realizadas com professores pesquisadores de uma IES pública no Estado do Paraná. O texto se refere à organização de uma tese de doutorado em andamento. Dada essa sinalização, faz conjecturas sobre a alienação que, por vezes, contida nas práticas universitárias, nem sempre é reconhecida no processo de produção científica. Por fim, tenta compreender como as relações de produção na sociedade capitalista aos poucos vão redefinindo o trabalho dos professores pesquisadores nas universidades públicas, criando, conseqüentemente, uma nova cultura universitária.

**Palavras-chave:** Educação superior, trabalho docente, alienação.

### **TRANSFORMATION IN ACADEMIC CULTURE:** policies, impacts and revelations of daily life

**Abstract:** Analyzing labor relations at the university needs rather to recognize that these relationships change in different historical moments, characterized mainly by changes in the political and economic clout. The analysis here intended seeks to highlight the pressures on teachers facing researchers. For this work we emphasize the analysis of excerpts from interviews with teacher researchers in public higher education institutions in the State of Paraná. This is a text that refers to the organization of a doctoral thesis in progress. Given this signal, it is possible to conjecture that, alienation, sometimes contained in university practices is not always recognized in the scientific production process. We try to understand how the relations of production in capitalist society are slowly redefining the work of research professors in public universities, thus creating a new university culture.

**Key words:** Higher education, teaching work, alienation.

Recebido em: 13.06.2012. Aprovado em: 22.10.2012.

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na educação e na universidade pública nas duas últimas décadas no Brasil representaram a tradução insidiosa do novo paradigma produtivo afiançado pelo atual estágio do capitalismo. Mais do que simples alterações nas políticas públicas orientadas pelo Estado reformado, as ações que derivaram dessas políticas no interior das universidades afetando o trabalho docente e as atividades dos alunos vinculados a programas de iniciação à pesquisa provocaram reações diversas, que em ambos os casos – tanto professores como alunos – foram tomados como protagonistas de um longo processo reformista que continua em curso na educação superior brasileira.

Essa fase do capitalismo e com ela, a reestruturação das instituições republicanas, passa a reproduzir uma nova lógica para o trabalho acadêmico intelectual. Essa lógica, entre outros desdobramentos, causa impactos substanciais nas relações de trabalho, relações entre as pessoas, universidade e a produção de conhecimento.

Para esse artigo propomos num primeiro momento abordar sobre o movimento político mais amplo que trouxe consigo transformações para a cultura acadêmica a partir da Reforma do Aparelho do Estado em 1995. No segundo momento, destacamos como a categoria alienação se põe no cotidiano dos sujeitos e suas práticas na universidade. E por último, mostramos os impactos dessas transformações na vida de professores, ouvindo especialmente professores vinculados a uma universidade pública paranaense.

## 2 UMA NOVA CULTURA ACADÊMICA EM VIGÊNCIA

Julgamos relevante, uma análise, cuja reflexão possa contribuir para a compreensão das mudanças político-econômicas que recaem sobre a pesquisa nas universidades públicas, buscando evidenciar como essas instituições respondem às mudanças mais amplas do processo produtivo na sociedade, sob o modelo capitalista de organização.

Convém destacar que, a universidade acompanha as transformações históricas da sociedade, como uma instituição que produz e reproduz os conhecimentos acumulados pelos homens ao longo de sua existência; assim sendo, acompanha, nesse movimento, as contradições do processo histórico fundado no modelo de sociedade capitalista.

Ao que nos parece, nesse movimento histórico, o campo da universidade pública passa a ser ameaçado pelo objetivo de produzir ciência e tecnologia para o capital internacional, utilizando-se da força de trabalho de alunos e professores na graduação e na pós-graduação, no que se refere

ao desenvolvimento de pesquisas de impacto, pesquisas estas, cujo custo recai sobre a exploração da força de trabalho, e o lucro representa o poder de circulação e acumulação do capital das empresas que contribuíram para o financiamento da pesquisa.

Inegavelmente, não de forma direta, mas indiretamente, a concepção de ciência difundida para consolidar as pesquisas induzidas, é predominantemente, uma ciência ajustada aos interesses de acumulação do capital. Pode-se depreender que há um movimento de consolidação de capital intangível, no qual a produção é sugada ao máximo nos países periféricos ou em desenvolvimento, nos polos estratégicos dos Estados nacionais, como as universidades, por exemplo, a fim de que a tecnologia produzida nesses polos possa ser consumida por outros a preços abusivos, voltando os lucros para corporações nacionais ou mundiais que, em grande parte, financiam a pesquisa nas universidades.

Pode-se dizer que é num complexo movimento do capital mundializado e de suas estratégias, que as relações se consolidam via orientações aos países em desenvolvimento, utilizando-se de elementos prescritivos que tendem a subsidiar reformas ou reestruturações nas instituições nacionais, entre as quais, a universidade pública.

Sob a hegemonia burguesa, o Estado capitalista vem realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade. No decorrer do século XX, diante das mudanças qualitativas na organização do trabalho e nas formas de estruturação do poder, o Estado capitalista, mundialmente, vem redefinindo suas diretrizes e práticas, com o intuito de reajustar suas práticas educativas às necessidades de adaptação do homem individual e coletivo aos novos requerimentos do desenvolvimento do capitalismo monopolista. (NEVES, 2005, p. 26).

Mais que isso, é com a Reforma do Aparelho do Estado no Brasil que percebemos a abertura para as mudanças substanciais que conferiram às instituições sociais uma nova estrutura jurídica que contribuiu para refundar a racionalidade mercantil, expressa no documento Plano Diretor da Reforma do Estado e permitiu, por sua vez, a exploração do fundo público<sup>1</sup> como resposta à crise econômica em nível internacional.

Os elementos que nortearam a reorganização da administração pública foram a qualidade e a produtividade. Esses elementos têm origem nos princípios sobre o qual o sistema capitalista se assenta para organizar a sociedade. A reforma seria necessária porque, orientada pelo mercado, garantiria a concorrência e criaria condições para

enfrentar as mudanças provocadas pela competição internacional e, até mesmo, para o atendimento das demandas comerciais propostas pelos organismos internacionais no início da década de 1990 do século XX. O documento do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado indicaria, então, o arcabouço jurídico e político que nortearia as iniciativas de organização de um novo modelo de sociedade no Brasil. (BRASIL, 1995).

Percebe-se que, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado no Brasil, as políticas sociais foram consideradas serviços não-exclusivos do Estado e, portanto, de propriedade pública não-estatal ou privada<sup>2</sup>. É sob essa direção que o terceiro setor encontra terreno fértil para se expandir e se consolidar na garantia de serviços que, outrora, eram ofertados exclusivamente pelo Estado.

Ainda, de acordo com Neves (2002, p. 53), esse movimento capitaneado pela Terceira Via sugere que a sociedade civil seja o "lôcus da colaboração e da harmonização das classes sociais" de modo que possa atuar em parceria com o Estado ao promover iniciativas que auxiliem na resolução de problemas sociais emergentes como, por exemplo: educação, programas de saúde, lazer, emprego e renda, por meio de cooperativas, associações de bairro, programas de voluntariado, entre outros. Essas ações estão quase sempre acompanhadas de um grande apelo social na mídia televisiva, utilizando-se do discurso da solidariedade e da necessidade de "voluntários para construir um novo projeto de sociedade".

Além do apelo social em veículos de informação de grande abrangência territorial, o que se percebe, é que esse movimento foi adentrando todas as esferas da sociedade, modificando a cultura das instituições secularmente existentes e as relações que os sujeitos mantinham com elas.

É nesta perspectiva que a terceira via toma a reforma da aparelhagem estatal como outro importante princípio. O pressuposto que o fundamenta baseia-se na compreensão de que as formas estatais inspiradas no modelo do Welfare State atingiram o ápice da incapacidade política e econômica frente aos desafios do mundo contemporâneo, o que exige uma reestruturação de sua organização e dinâmica em termos jurídicos, políticos e econômicos. Assim a reforma do Estado, ou seja, da aparelhagem estatal, enquanto princípio orientador básico da política da Terceira Via, deveria ser responsável por um conjunto de medidas inovadoras, tais como promover a sociedade civil ativa e com isso assegurar um modelo de inclusão social em bases distintas do que foi tentado pelo Estado de bem-estar social. (NEVES, 2002, p.55).

A matriz orientadora, expressa no documento supracitado, parece levar-nos a reconhecer as estreitas relações das reformas que foram desencadeadas a partir de então nos diversos setores da sociedade, como nas universidades, com o atual estágio do capitalismo, caracterizado pelo modelo de mundialização do capital, em que os princípios que asseguram o modelo econômico atual (acumulação flexível), se colocam em todas as esferas por meio de complexas relações entre o Estado, a sociedade civil e o mercado.

As reformas no campo da educação que se desdobraram a partir da segunda metade da década de noventa, parecem indicar uma proximidade com os eixos explícitos no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em que as instituições educativas tornar-se-iam organizações sociais, cuja existência seria atribuída à sociedade civil por meio dos contratos e parcerias com a sociedade civil ativa.

Nesse contexto, de acordo com as orientações mais amplas, do capital mundializado, coube às instituições de educação superior públicas a reprodução de uma cultura mercantil por meio da adoção de políticas neoliberais, graças as quais se preconizam os princípios da concorrência, da competitividade, do individualismo e da produtividade como elementos norteadores da prática social universitária.

### **3 TRABALHO ALIENADO DO PROFESSOR PESQUISADOR OU ADAPTAÇÃO CONSENTIDA ÀS MUDANÇAS NA UNIVERSIDADE?**

O objetivo deste item é entender a forma como os professores e alunos envolvidos com pesquisas na universidade pública podem estar orientados por uma cultura universitária alienada, como resultado de um processo histórico engendrado, de forma mais intensificada e sutil, após os processos reformistas que se sucederam nas agências de pesquisa a partir da segunda metade dos anos noventa com fortes repercussões para a graduação nos anos 2000.

Obviamente que a prática universitária tem suas peculiaridades, justificadas em razão das diferentes áreas de conhecimento a que se dedicam os professores na universidade. Entretanto, suas trajetórias de vida, suas condições de trabalho e produção científica, bem como a estrutura que possuem para o desenvolvimento de seus projetos se relacionam, embora talvez, não diretamente.

A cultura universitária contemporânea possui características muito peculiares pelo seu modo de produção. Considerando, de forma ampla, que uma cultura representa o modo de vida e produção de um grupo social, tomamos o contexto atual do modo de produção capitalista, para mostrar como as mudanças na instituição universitária, pós Reforma do Aparelho do Estado em 1995, foram expressando as correlações de forças entre os objetivos da

universidade e os interesses do setor produtivo que mudaram substancialmente as condições e relações de trabalho no espaço universitário, bem como os objetivos da produção do conhecimento.

Sob essa cultura, o ambiente da academia acaba configurando-se como um espaço de competição entre pares. O conhecimento lá produzido, não sem resistências da parte de grupos contra-hegemônicos, passou a ser orientado por interesses de mercado. Atualmente, o prestígio e o status do trabalho numa universidade pública só são conferidos mediante a apresentação e exposição da quantidade de artigos qualificados, orientações de iniciação científica, mestrado e doutorado, publicação de livros, relatórios de pesquisa, enfim, atributos que não se quantificam de forma imediata, porquanto demandam um tempo de reflexão e amadurecimento intelectual.

O que se deve reconhecer em todo esse processo de arrefecimento do polo da crítica, é que a produção do conhecimento científico, na universidade pública, passa pela compreensão de relações sociais mais amplas que movimentam essa demanda, mesmo porque, a produção científica e os tipos de pesquisa a serem desenvolvidos acompanham o movimento histórico e as correlações de forças, próprias da sociedade em que se realiza esse trabalho.

Observa-se que há modos distintos de apropriação do saber produzido pela universidade, que de um lado, atende muitas vezes, às forças políticas atuantes fora dela, de modo organizado, e de outro, à correlação de poder que essas forças estabelecem no jogo político nacional, estadual ou local. (FÁVERO, 2003, p.181).

Considerando as finalidades da universidade, somos levados a compreender que, a partir do ano 2000, a universidade pública brasileira sofreu modificações substanciais em sua dinâmica organizativa em relação ao trabalho de professores e alunos vinculados à pesquisa. A competição que domina e rege o trabalho dos professores e também, a vida acadêmica dos alunos, principalmente nos programas de pós-graduação, com o objetivo de se conseguirem publicações qualificadas, exigindo uma sobrecarga de trabalho daqueles e destes, tornou-se o parâmetro definidor do trabalho a ser desenvolvido nesse espaço de produção acadêmica.

Ao analisar esse contexto caracterizado por uma cultura marcada pelo acirramento da competição no espaço universitário, o fetichismo da mercadoria, desenvolvido por Marx em *O Capital* (S.d), pode ser evidenciado através da atual tendência tão enaltecida nas atividades de pesquisa e divulgação. Entendemos que elucidar o conceito dos fatos ou objetos é papel daqueles que

produzem e divulgam o conhecimento científico. Para tanto, compreender como os sujeitos resistem aos fetichismos e alienações do cotidiano no espaço universitário implica reconhecer antes, a necessidade de desvelar o que se encontra no mundo da pseudoconcreticidade, como afirma Kosik (2010), implica, também, entender as relações entre esses dois termos na dinâmica de produção do conhecimento científico na universidade pública contemporânea.

Em se tratando da forma como esses fenômenos se concretizam nas práticas universitárias, tomamos como exemplo o processo de produção do conhecimento que, nas atuais formas de valoração do capital, correspondem a uma mercadoria que pode ser vendida ou trocada, segundo as orientações do mercado, utilizando-se, por vezes, da força de trabalho de professores e alunos que desenvolvem pesquisas.

Ocorre que no mercado há um processo de compra e venda de mercadorias, e esse processo apresenta-se aos olhos dos seres humanos como sendo uma relação entre coisas, isto é, a aparência é a de que as relações estabelecidas no mercado seriam relações entre os objetos, quando, na verdade, são relações sociais. É a atividade humana de trabalho que é trocada no mercado. Aquilo que se mostra aos sentidos humanos como sendo uma relação física entre coisas é uma relação social, uma relação entre pessoas. Assim como o bezerro de ouro não tinha nenhum poder por si mesmo, pois quem tem o poder na verdade são os seres humanos, também as mercadorias não tem em si mesmas a capacidade de se trocarem umas pelas outras, o que possibilita essa troca são as relações sociais. É assim que surge o fetichismo da mercadoria. (DUARTE, 2004, p. 10).

De forma muito semelhante, na universidade, verifica-se um movimento produtivista, muito enaltecido por alguns professores pesquisadores, no intuito de acompanhar as demandas não só no âmbito da universidade, mas também da sociedade em geral, por meio das agências reguladoras da produção científica. No entanto, paralelamente, percebe-se que nem todos os docentes que desenvolvem pesquisa e são pressionados a publicar, compactuam com essa prática. O depoimento de uma professora da área de Ciências Humanas é crítico ao revelar a contradição que vive o professor pesquisador em relação às pressões por produtividade.

Constante preocupação. As coisas não dependem sempre de você. Às vezes o aceite da revista, não é você fazer e está

garantido. Você faz, passa por um crivo e infelizmente nem todos os periódicos são criteriosos e cuidadosos em dar um retorno rápido. [...] Então isso é de uma preocupação e de um desgaste tão grande **e você tem que fazer isso porque é a questão da cobrança, da pressão, da necessidade.** [...] **Eu acho que isso é uma dificuldade muito grande, porque você precisa da produção e você fica a mercê de tantas outras coisas que não dependem de você.** (Informação verbal, grifos nossos)<sup>3</sup>.

Outro exemplo, vivenciado no trabalho de levantamento de dados para a tese da autora, mostra que, na fala de vários docentes, a visão sobre o produtivismo que, domina também, os espaços da graduação, rompe com o caráter histórico de amadurecimento e socialização do conhecimento científico, porque há uma pressão para colocá-lo rapidamente em circulação nas “prateleiras” do mercado educacional das editoras ou dos periódicos qualificados pela Capes.

**O pesquisador, quem produz conhecimento, ele se tornou também uma peça descartável,** infelizmente! Então a gente se dá conta disso. Cada vez que a gente se submete a um processo de avaliação, que você faz o teu memorial e você resgata toda a história e analisa as suas opções teóricas, as suas trajetórias, enfim, e você vê o quanto a trajetória de todos nós está imbricada com o próprio desenvolvimento das nossas instituições de ensino superior. E se quer elas tem um olhar para valorizar isso. [...] **Então o que a gente começa a se dar conta é que a hora que você atingiu o teu tempo e você se aposenta, você é substituído com a maior facilidade, entendeu? Sem ninguém nem se dar conta.** (Informação verbal, grifos nossos)<sup>4</sup>.

Essa nossa condição condiz com o que Marx (s/d) diz na obra *O Capital* sobre o fetichismo da mercadoria. Nesse contexto do conhecimento científico transformado em mercadoria, que pode ser vendida ou trocada a qualquer momento e a qualquer preço, o pesquisador passa, também, a ser peça que pode ser substituída a qualquer momento na universidade, caso sua produção não seja extensa e qualificada nos moldes daquilo que espera o setor produtivo industrial, uma vez que a pauta de pesquisa no país encontra-se associada a essa esfera de produção social.

De maneira muito semelhante, mas não direta, visualiza-se o fetichismo da produtividade acadêmica, que desconsidera as condições

objetivas dessa produção. As relações de trabalho, as relações de venda ou troca do conhecimento, transformaram-se em práticas naturalizadas.

A produção, quando já é comandada pelo capital, além de produzir a mais-valia, também produz um sistema de exploração e dominação geral das propriedades naturais e humanas tendo como suporte a ciência. Ou seja, ela realiza a apropriação através da ciência, não da violência e do poder pessoal, colocando o saber científico ao seu serviço, na espécie de capital fixo, diferentemente do escravo, que é apropriado pessoalmente, e não socialmente. Essa apropriação do conhecimento científico nada custa ao capital, o que não ocorre com o escravo, enquanto uma modalidade de capital fixo. A ciência se apresenta, perante o capital, como um “saber acumulado da sociedade” (“ciência experimental, ciência que se objetiva e é materialmente criadora”). (HIRANO, 2001, p. 12).

Paralelamente à discussão do fetiche da produtividade na universidade, visualiza-se um processo de alienação no ato de produção do produto, embora não compreendido ou aceito como tal pelos sujeitos criadores. E assim constata-se aquilo que Marx (1964, p. 161) previu:

*A alienação não se revela apenas no resultado, mas também no processo da produção, no interior da própria actividade produtiva. Como poderia o trabalhador estar numa relação alienada com o produto de sua actividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio acto da produção?*

Pode-se afirmar que alienação e fetichismo, no processo de produção científica, conforme os atuais modelos de avaliação da pesquisa se entrecruzam no processo. Entretanto, esse termo terá significações diversas em determinados períodos históricos, mas é com Karl Marx, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, que o significado de “alienação” é desenvolvido a partir da compreensão de razões históricas mais amplas e, por vezes, contraditórias. Vê-se que, para Marx, a alienação ocorre nas relações sociais objetivas, propriamente através do trabalho que determina a relação entre os homens, distinguindo-os entre operários e não-operários.

*A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objecto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autónomo em oposição com ele; que a vida que*

deu ao objecto se torna uma força hostil e antagônica. (MARX, 1964, p. 160).

Concebida desse modo, a alienação representa o não-reconhecimento, pelo próprio homem, dos produtos que ele produz, como também das atividades que realiza para produzir. Os produtos que ele produz são externos a ele, e a sua atividade (o trabalho) também é externa e não lhe pertence; tem-se, assim, a expropriação de sua força de trabalho, e este caracteriza-se como alienado.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção directa a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias, produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção que produz bens. (MARX, 1964, P. 159).

De forma semelhante, como parte de uma sociedade produtiva, o espaço da universidade também é caracterizado por complexos processos de trabalho, que repercutem nas relações dos sujeitos que dela fazem parte, ora contribuindo para a emancipação dos homens por meio de sua atividade, ora reproduzindo processos alienantes por meio da própria atividade, ou seja, da própria produção de sua existência.

Os processos de alienação no trabalho de professores envolvidos com pesquisa nem sempre são aparentes e se admitem como tais. Identificar que está alienado ao movimento do produtivismo acadêmico requer a superação de estratégias e práticas individualizadas e competitivas no ambiente da academia. Para tanto, essa iniciativa depende, em grande parte, das condições objetivas de trabalho que se tem hoje nas universidades públicas, reconhecendo-se que há um movimento de precarização do trabalho docente, que atinge primeiramente a questão salarial, seguida dos regimes de trabalho e contratação, além da sobrecarga de atividades docentes e administrativas na graduação e na pós-graduação. Enfim, o reconhecimento de um processo alienante não se dá descolado das condições objetivas que se vive, ou que se precisa para viver.

O que se pode depreender é que as reformas instituídas no país no início da década de noventa, e realimentadas na 1ª década do ano 2000, representa para nós a plataforma política dos interesses do grande mercado global que quer tornar consenso a educação superior como um produto negociável. Os

reflexos desses interesses recaem sobre o modelo de universidade pública que se foi delineando a partir de então. Recrutar, selecionar, descartar, racionalizar são práticas que se tornaram naturalizadas nos ambientes de trabalho, especialmente aqueles envolvidos com a produção de conhecimento que podem tornar-se matéria-prima e ser comercializada.

Pode-se dizer que o trabalho de produção científica desenvolvido nas universidades e centros de pesquisa, e regido pelo modo de produção capitalista, passa a pertencer ao movimento do capital, que, por sua vez, transforma o trabalho em um pêndulo, que, de um lado, pressupõe realização pessoal, com reconhecimento acadêmico e status social, e, de outro, legitima um processo de alienação, por meio da captura da subjetividade<sup>5</sup>. (ALVES, 2007).

O sujeito, embora ciente das determinações mais amplas da sociedade, ou mesmo das exigências difundidas pelas agências de pesquisa, não se reconhece alienado no processo de produção do seu trabalho.

Desse modo, o trabalho dos professores e alunos pesquisadores, na produção de conhecimento, ciência e tecnologia no espaço universitário, mesmo que indiretamente, são forças que pertencem ao capital e que por isso mesmo são moldadas conforme o movimento pendular que lhe é dado, ora como criador de utilidades, ora como forma de apropriar-se do mecanismo de mais-valor.

O mais-valor, contudo, além de desvendar o mecanismo de acumulação de capital, isto é, a expropriação do trabalhador, expressa um processo ainda mais fundamental: mais do que significar a exploração do trabalho, como de fato o faz, o mais-valor representa a objetivação, estranhada dos sujeitos, do potencial que possui o trabalho (social) de reproduzir de forma ampliada as suas condições antecedentes. Pode-se compreender melhor o mais-valor como expressão do estranhamento da produtividade do trabalho social quando se leva em conta que o trabalho, como categoria especificamente humana, diferencia o metabolismo da espécie humana com a natureza. (MARX, 2011, p.21).

Nesse contexto, a cultura universitária conforma-se a um tipo de produção que intensifica, aliena e torna estranhos os produtos do trabalho dos sujeitos que desenvolvem pesquisa na universidade. Até então, esse caráter produtivista estava socializado e internalizado no ambiente da pós-graduação *stricto sensu*, mas percebemos que essa cultura produtivista passa a transmutar-se, de forma mais evidente a partir de 2005 e se estende também aos cursos de graduação, incitando-os, mesmo que



indiretamente, a uma acentuada concorrência por vagas em projetos de pesquisa ou nos editais para concorrer bolsas de Iniciação Científica.

#### 4 IMPACTOS NO TRABALHO DE PROFESSORES ENVOLVIDOS COM PESQUISA

As transformações recentes no capitalismo, ocorridas, especialmente, a partir da segunda metade da década de 1990 no Brasil, refletiram mudanças significativas no trabalho do professor, na universidade pública. A prática social universitária do professor pesquisador mostra-se em constante contradição: de um lado, pressupõe o objetivo de emancipação por meio da produção e apropriação do conhecimento científico e, de outro, tende a reduzir essa produção em produto alienado, cuja produção e circulação podem servir à mera performance no processo de valorização do capital.

Considerando esse cenário, podemos dizer que a natureza do trabalho do professor pesquisador é resultante de uma complexa relação entre capital, políticas e instituições, que se utiliza de mecanismos flexíveis para consolidar estratégias de exploração do trabalho humano mediante elementos que, aos olhos individuais ou coletivos, aparentam-nos a materialização das políticas oficiais que ora chegam para ser executadas nas universidades públicas, como parte do processo de uma silenciosa reforma das instituições sociais que atendem aos processos de reestruturação mais ampla do capital.

As instituições sociais, entre as quais a universidade pública, acaba incorporando o jogo das relações mercantis, hoje dominantes na educação pública, com a existência dos contratos de parceria entre o setor público e o setor privado. O que se pode depreender é que as políticas emanadas dessas relações são apropriadas pelos professores em seu cotidiano nas instituições onde desenvolvem suas atividades. Pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que incorpora as orientações das políticas oficiais no seu cotidiano, o professor também cria formas de convivência e produção de sua existência com a cultura produzida nesse espaço de trabalho.

O professor pesquisador, em face de tal contexto, em sua prática universitária produz e reproduz a política e a cultura da instituição em que atua. O sujeito transforma-se no protagonista de uma prática social conformada ou engajada à ideologia produtivista, própria do movimento reformista silencioso que adentrou a universidade nos últimos anos.

Ao retomarmos os depoimentos que foram realizados com professores vinculados ao Programa de Iniciação Científica na graduação, percebemos, em vários momentos, casos em que o professor encontrava-se diante de situações de sofrimento ou adoecimento, cujos motivos, resguardando as particularidades de cada um, eram sempre a dinâmica

intensa de trabalho ou acúmulo de atividades que se relacionam, geralmente, às atividades de pesquisa e às pressões por divulgá-las ou socializá-las.

Um professor da área de Ciências Humanas, ciente das razões geradoras de sofrimento na produção de sua atividade laboral, revela sua indignação pelas condições de trabalho precarizadas, que lhe tomam parte do tempo que devia ser reservado à família; revela também um sofrimento inexplicável pela situação que viveu recentemente com a perda de um ente querido.

Em janeiro eu tive quarenta processos para analisar. [...] O que mais me doeu é que eu fiquei esse tempo analisando e eu terminei contando que eu poderia dar uma atenção para o meu pai que já estava velhinho. Uma semana depois meu pai faleceu, eu perdi o meu pai! Aí eu fiquei muito revoltado com o meu trabalho por ter me tirado o último mês de vida do meu pai, entendeu? [...] Então, eu acho assim, a invasão que faz na tua vida, nos teus finais de semana, na tua convivência familiar, na tua noite entendeu? (Informação verbal, grifos nossos)<sup>6</sup>.

Esse depoimento mostra aquilo que Silva Júnior e Silva (2010) retratam sobre a categoria marxiana estranhamento. Numa cultura acadêmica, orientada pelas pesquisas de resultados, aplicados para a valorização do capital, não há nem mesmo atestado de óbito que possa fazer a racionalidade mercantil do sistema, engendrado nas práticas universitárias, entender que o professor pesquisador é antes de tudo um ser humano e que, portanto, seu sofrimento pela morte de algum ente familiar não está sendo levado em conta na sua própria prática social.

Para Marx, ao explicar essa sociedade fundada no modo de produção capitalista, os produtos do trabalho e o próprio processo de trabalho humano mostram-se como uma atividade ou objeto estranho ao trabalhador. Tem-se a desrealização do trabalhador. Se a atividade de trabalho lhe é estranha, os resultados que dela provêm ser-lhes-á alheios. Isso significa que o trabalhador, nesse modo de produção, não reconhece o trabalho como parte de sua humanização, ao contrário, vê no trabalho a sua desumanização. (MARX, 1964).

As características da sociabilidade burguesa contemporânea, ao desumanizar o homem por meio do trabalho, evidenciam que as condições objetivas para o desenvolvimento do trabalho docente na universidade pública encontram-se atreladas a processos sociais de valorização do capital que, ao invés de contribuir para a emancipação do homem pela apropriação da cultura produzida historicamente através do trabalho, engendram a negação da essência humana.

Tal situação está representada pelos obstáculos sociais, construídos e intensificados pelo próprio homem no atual contexto. A essência humana passa a ser negada pela sociabilidade posta. Portanto, quando nos referimos ao estranhamento do professor nas suas atividades de produção científica, na universidade ou fora dela, estamos afirmando que esta produção se encontra estranha ao sujeito porque ele está imerso em uma sociabilidade já estranha a ele.

A sociabilidade burguesa estranhada é uma síntese de relações sociais que mobiliza a reprodução e a valoração do capital. Assim sendo, as repercussões desse movimento nas atividades docentes e discentes tendem a desencadear o distanciamento da sua humanidade por meio do próprio processo de trabalho que realiza. Ao tomarmos ciência de que o capital é uma produção do homem que domina outros homens, vemos que o agir dos homens, independente da esfera ou posição em que estejam na sociedade, só pode ser estranho à sua essência humana. Trata-se de uma ação estranhada dentro do próprio metabolismo do capital que, por construção histórico-humana, já se mostra alheia.

As consequências da desumanidade gerada pelas condições objetivas da sociabilidade burguesa colocam em desequilíbrio o cotidiano dos indivíduos, levando-os a situações desprovidas de humanidade em relação a si mesmos. Os reflexos concretos desse estranhamento podem, aparentemente, ser visualizados em simples e pequenas alterações no ambiente de trabalho ou mesmo no corpo do indivíduo, mas, que na realidade, já está dado por esta sociabilidade que desconsidera a plenitude da vida humana.

Ainda que seja um processo complexo para se compreender num cotidiano alienado como é o da sociedade burguesa contemporânea, algumas revelações mostram-nos a essência humana sendo suprimida diante da competitividade, do individualismo e da tentativa de sobrevivência nesse meio. Contudo, as denúncias ecoam latentes nos lábios de quem, diariamente, convive com as pressões e resiste, ou pelo menos tenta resistir com bom humor.

Então tantas coisas que a gente vê, eu, por exemplo, acordo com os dentes doendo de tanto que eu estou pressionando. Mas mesmo assim eu já quebrei três dentes do início do ano para cá. Então, quer dizer, é uma questão de sobrevivência senão daqui a pouco eu não terei mais. [...] E se você for ver eu sou uma pessoa que lida muito bem com o estresse, eu lido muito bem com isso. Eu não deixo afetar o humor, outra pessoa sairia dando cacetadas, quebrando as coisas. (Informação verbal, grifos nossos)<sup>7</sup>.

A contradição em que vive o professor sob a pressão do seu trabalho estampa-se em sua saúde. Apesar de dizer que não “perde o humor”, ele carrega na esfera da vida privada, as pressões e os valores que a sociedade produz. Tais pressões o forçam a dizer que leva a vida com bom humor; entretanto, a objetividade presente na fala “eu não deixo afetar o humor” não se põe como sua prática diária, porque as pressões exercidas pelas orientações da sua instituição de trabalho mostram-se um polo latente a interferir em sua rotina, neste caso, afetando sua saúde.

Há diversos estudos e pesquisas que se voltam para o debate na relação entre trabalho e saúde. Ao longo da história podemos observar que a organização do trabalho passou por diferentes abordagens, as quais, por sua vez, levaram os trabalhadores a diferentes formas de respostas. Situações de sofrimento físico ou psíquico foram-se desenvolvendo paulatinamente, dada a pressão do modelo de gestão à qual o trabalhador estava submetido no seu ambiente de trabalho por horas como no caso de pesquisadores que diariamente levam trabalho para casa.

Uma das questões que procuramos defender é que as transformações ocorridas na gestão do trabalho docente, nos últimos dez anos, na universidade pública estatal, provocaram uma série de impactos de toda ordem, especialmente na saúde e no tempo livre, no qual, prevalece o tempo da economia e, portanto, o tempo livre no capitalismo não passa de um tempo para o revigoramento das forças vitais para continuar a valorização do capital por meio de processos flexíveis de trabalho.

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo da história do capitalismo, as prioridades sempre se voltaram para a valorização de formas cada vez mais intensificadas de exploração do trabalho humano. No século XXI, com a acentuação de um modelo de gestão flexível para o trabalho, os processos laborais foram cada vez mais aviltados na sua dimensão criadora. Para o trabalhador, essa metamorfose do sentido do trabalho levou a consequências de toda ordem, uma das quais é a forma como o homem lida com o tempo livre, ou melhor – como deixou de lidar com o tempo livre.

A hegemonia do tempo econômico em detrimento do tempo livre nos parece dizer que a dinâmica do capitalismo requer a cada dia um trabalhador orientado pela racionalidade mercantil e capaz de incorporar essa racionalidade em outros ambientes de trabalho, privando os trabalhadores, inclusive aqueles que desenvolvem o trabalho intelectual, de vivenciar o sentido criador do trabalho, ou seja, a capacidade de humanizar-se por meio dessa atividade e ter a oportunidade de viver



um tempo verdadeiramente livre fora do ambiente de trabalho.

A análise desenvolvida nesse artigo mostrou as pressões que incidem sobre professores pesquisadores. Buscamos as relações dos processos de produção na sociedade capitalista, que aos poucos vem redefinindo o trabalho dos professores nas universidades públicas conforme os interesses do setor produtivo empresarial. Não nos surpreende que o trabalho dos professores pesquisadores, assim como outras práticas laborais, seja um campo que acompanha as tendências de flexibilização e precarização, próprias desse modelo social de organização do trabalho. Como também não nos surpreende que a produção científica, no estágio atual da sociedade capitalista, a ciência aqui produzida e os produtos derivados dela, estejam engajados aos interesses de reprodução desse modelo e, por isso mesmo, adapta os elementos de competitividade, individualismo, fetichismo, alienação e produtividade nas práticas sociais universitárias.

As pesquisas sobre trabalho docente no Brasil, conquanto revelem as condições degradantes e de intensificação do trabalho do professor, parecem indicar a necessidade de continuar revendo as investidas insidiosas do capital nesse campo.

A necessidade de ampliar as análises já empreendidas por outros autores requer que, antes reconheçamos que as mudanças no mundo da produção vêm sofrendo alterações, tendo os fundamentos dessa produção relações com os processos de reestruturação do capital, que, por sua vez, se utiliza da força produtiva dos trabalhadores em educação para continuar ampliando seu poder econômico e ideológico por meio de condições precárias de trabalho ou mesmo pelas exigências de produção fora da instituição em que atuam os trabalhadores, fazendo com que eles não tenham tempo para se organizar e construir uma contra-hegemonia.

Diante de tal contexto, é preciso lançar mão de uma análise que busque nas transformações econômicas dos últimos anos, o entendimento de que é no movimento de reformas que repercutiu nas instituições educativas, entre as quais as universidades, que se observa um aumento das queixas em relação às condições de trabalho. Isso não quer dizer que não existia antes, mas, sobretudo que, no contexto atual do capitalismo, as forças produtivas tendem a levar o trabalhador a um sofrimento desmesurado para a continuação do projeto de sociabilidade burguesa.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. **Dimensões da reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru, Editora Praxis, 2007.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

DUARTE, Newton. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

FÁVERO, Maria de L. de A. Universidade, espaço de produção de conhecimento e de pensamento crítico. In: DOURADO, Luiz. F.; CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, João F. de. **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 1-20, 2001.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 8. Reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MARX, Karl. A mercadoria. In: \_\_\_\_\_. **O capital**. Tomo I Vol. 1, s.d.. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer fontes/acerervo\\_marx.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer fontes/acerervo_marx.html). Acesso em: 12 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Artur Morão. Edições 70, 1964.

NEVES, Lúcia W. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA JÚNIOR, João R.; SILVA, Eduardo P. Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. esp., p.223-238, ago. 2010.

\_\_\_\_\_, João. R.; SGUISSARDI, V. **O trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

## Notas

- <sup>1</sup> Em artigo publicado em 2008 pela HEERA - Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada (v. 3, n.4) o professor Dr. Cezar Honorato explica a relação entre Estado e fundo público, concluindo que “no caso da América Latina, a montagem do fundo público foi devida a necessidade de atender a crise econômica e política derivadas da conjuntura internacional, passando o Estado a desempenhar papel fundamental na aceleração do desenvolvimento econômico e na mudança das bases produtivas nacionais. Ao contrário do ocorrido alhures, a América Latina não avançou na montagem de um Estado de Bem-Estar. O que ocorreu de avanço na cidadania latinoamericana ateu-se aos aspectos jurídicos e a montagem de alguns serviços sociais setorializados, não inclusivos e de má qualidade. A inexistência de um programa de políticas de inclusão social foi a marca da atuação dos estados, mesmo em países que apresentaram altas taxas de crescimento econômico e de modernização como o Brasil, a Argentina, o México e o Chile” (HONORATO, 2008, p35-36). Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/edicoes-antiores/>
- <sup>2</sup> Para Sguissardi e Silva Jr. (2009) “A institucionalização da dimensão estatal/mercantil criou um espaço para as relações entre o Estado e entidades da sociedade civil (organizações não governamentais, empresas do terceiro setor) para a prestação de serviços antes de natureza estatal pública, por meio de contratos de gestão. Passou a permitir a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil e para o mercado. As universidades estatais públicas passaram a executar atividades que antes não lhe eram pertinentes, tais como convênios com empresas privadas ou com associações de moradores para resolver problemas de violência, alfabetização de jovens e adultos, dentre outras que se poderia enumerar”. Complementando a análise dos autores, identifica-se nessa institucionalização da dimensão estatal/mercantil na sociedade brasileira, o objetivo de consolidar a sociedade civil (esfera do terceiro setor) como parceira do Estado na execução de seus serviços sociais.
- <sup>3</sup> Dados retirados da entrevista no ano de 2010 com PCH 1.
- <sup>4</sup> Dados retirados da entrevista no ano de 2010 com PCH 1.
- <sup>5</sup> Giovanni Alves (2007, p.188) utiliza a expressão “captura” da subjetividade do trabalho para caracterizar o nexos essencial do modo de organização toyotista do trabalho capitalista. É importante destacar que o autor coloca “captura” entre aspas para salientar o caráter problemático da captura, ou seja, a captura não ocorre, de fato, como o termo utilizado poderia supor. Estamos lidando com um processo social que não se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. Enfim, o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório, constituído por um jogo de simulações, em que se articulam mecanismos de coerção e de consentimento, que interagem com

uma teia de manipulação que perpassa não apenas o local de trabalho, mas também as instâncias da reprodução social. Além disso, o processo de “captura” como inovação sócio-metabólica do capital tende a dilacerar/estressar não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual, dilaceramento que se manifesta através de sintomas de doenças psicossomáticas que atingem o trabalhador.

<sup>6</sup> Dados retirados da entrevista no ano de 2010 com PCH 1.

<sup>7</sup> Dados retirados da entrevista no ano de 2010 com PCH 1 na página 6.

**Silvia Alves dos Santos**

Pedagoga

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos  
Professora do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Norte do Paraná - Campus Cornélio Procópio (UENP)

E-mail: [sasillyn@yahoo.com.br](mailto:sasillyn@yahoo.com.br) ou[silviasantos@uenp.edu.br](mailto:silviasantos@uenp.edu.br)**João dos Reis Silva Júnior**

Engenheiro

Doutor de Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

E-mail: [joadosreissilvajr@gmail.com](mailto:joadosreissilvajr@gmail.com)**Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP**

PR-160, Km 0 - Campus Universitário Cornélio Procópio, PR - CEP: 86300-000

**Universidade Federal de São Carlos - UFSCar**

Rod. Washington Luiz, km 235 - - São Carlos - SP  
CEP: 13565-905